

As implicações da aceleração do envelhecimento na base da estrutura etária no mercado de trabalho brasileiro

Andréia Figueiredo

deiarroso@hotmail.com

CIDEHUS - Universidade de Évora

Maria Filomena Mendes

mmendes@uevora.pt

CIDEHUS - Universidade de Évora

José Rebelo dos Santos

jrebelo@esce.ips.pt

Escola Superior de Ciências Empresariais - Instituto Politécnico de Setúbal

Resumo

A rápida redução da fecundidade e o acelerado envelhecimento demográfico estão a transformar indelevelmente a sociedade brasileira e o seu mercado de trabalho onde subsistem acentuadas desigualdades ligadas, principalmente, ao nível de instrução, posição socioeconómica e raça. O nosso objectivo é identificar as diferenças de comportamento no mercado de trabalho, de uma população activa com idade mediana cada vez mais elevada, mais instruída, mas muito condicionados pelo género, pela raça, zona geográfica de residência e condição rural ou urbana. Pretende-se ainda perceber as consequências do acelerado processo de envelhecimento sobre o comportamento laboral, e se existe discriminação salarial no mercado de trabalho. Os dados utilizados foram os publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e constantes dos Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Sistema Nacional de Informações de Género. A nível metodológico procedeu-se ao cálculo de indicadores demográficos e do comportamento do mercado de trabalho; recorreu-se a medidas de estatística descritiva de modo a avaliar e identificar as associações de variáveis pertinentes, e a distinguir os factores basilares da evolução das desigualdades registadas no mercado de trabalho brasileiro, agravadas pelo processo de envelhecimento. Os resultados permitem concluir que no mercado de trabalho brasileiro existe discriminação tanto com base na raça como no género. As mulheres de raça branca possuem maior escolaridade média mas não se observa correspondência salarial. O hiato salarial tende a intensificar-se em função do aumento da escolaridade e a proporção de mulheres vai diminuindo à medida que se avança na classe de rendimentos. As mulheres de raça negra são duplamente discriminadas e os homens negros recebem salários inferiores aos dos brancos mesmo no caso da instrução ser equivalente.

Palavras-chave: envelhecimento, transição demográfica, discriminação, género, raça, trabalho.

Introdução

As componentes demográficas centrais na determinação do envelhecimento populacional relacionam-se com a alteração dos padrões de fecundidade, com a redução da mortalidade e com os movimentos migratórios. O declínio do Índice Sintético de Fecundidade (ISF)¹ tem uma posição fulcral no processo de envelhecimento. Tendo-se iniciado primeiramente nos países desenvolvidos, este processo vem-se estendendo com intensidades diferentes pelos países em desenvolvimento (Alves, 2004), configurando-se no que Paiva e Wajnman (2005: 304) caracterizaram como “a universalização da transição demográfica”.

A transição demográfica brasileira iniciada em 1940 com o declínio da mortalidade, sobretudo a decorrente de doenças infecciosas e parasitárias (Vermelho e Monteiro, 2002), manteve até 1960 uma alta fecundidade, quando a partir de então experimenta um marcado declínio, findando o primeiro decénio do século XXI com um ISF incapaz de repor as gerações. O facto de o processo se vir comprimindo num menor número de anos, torna-o ainda mais complicado, pois a população brasileira – ainda extremamente jovem – converter-se-á em poucas décadas numa sociedade grandemente envelhecida, já que estudos recentes têm demonstrado que os baixos níveis do ISF têm sido, na verdade, subestimados (Wong e Carvalho, 2006). Por se tratar de um país de grandes dimensões geográficas e intensa desigualdade social e “dada a diversidade de níveis de desenvolvimento económico e social das várias partes do território brasileiro, a transição demográfica tem sido diferenciada quando se considera cada uma das Grandes Regiões” (Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil, 2009).

A manutenção da fecundidade aquém do limiar de reposição das gerações, e o subsequente envelhecimento populacional, eleva os riscos futuros de sérios desequilíbrios económicos, pois com a constrição da base da pirâmide etária e dilatação do seu topo, uma cada vez mais diminuta população de adultos terá de alicerçar o peso de uma alargada população idosa, que tenderá a exercer forte pressão sobre os sistemas de saúde e de segurança social. Para além disso, durante o processo de transição demográfica ocorrem alguns bónus demográficos, tais como, a elevação da idade média da população activa com um maior capital cultural, que “regra geral, se traduz em

¹ Índice Sintético de Fecundidade define-se como o número de filhos que, em média cada mulher deixa na população, se se mantiverem, ao longo do período fértil das mulheres, condições de fecundidade idênticas às observadas num determinado momento ou período de tempo.

melhores índices de produtividade” (Alves e Bruno, 2006:13) e redução temporária do rácio de dependência total (em virtude da diminuição do rácio de dependência jovem) que contribuem para elevar o rendimento *per capita* total (Hakkert, 2007), podendo ainda ter implicações positivas sobre as políticas sociais, como as que se referem à saúde (atendimento médico às mães e crianças) e à educação, pois uma menor pressão sobre ambos os sistemas favorece o aumento da qualidade de recursos.

Neste âmbito, a investigação intitulada “*As implicações da aceleração do envelhecimento na base da estrutura etária brasileira em função do sexo e da raça*” tem como objectivo identificar as diferenças de comportamento no mercado de trabalho, de uma população activa com idades, níveis de instrução e rendimentos cada vez mais elevados, verificando-se diferenças substanciais tendo em conta o género, a raça, a zona geográfica de residência e a condição rural ou urbana. Pretende, ainda, perceber as consequências do veloz processo de envelhecimento sobre o comportamento laboral, e, também se existe, ou não, discriminação salarial no mercado de trabalho. Os dados utilizados foram os divulgados pelo IBGE e existentes no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Sistema Nacional de Informações de Género (bancos de dados electrónicos respeitantes aos Censos de 1991 e 2000 do IBGE). A unidade de análise engloba a população brasileira recenseada pelo IBGE ou inquirida pelo mesmo Instituto nas suas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que fornecem informações básicas sobre a situação socioeconómica dos habitantes e domicílios brasileiros entre os Censos, cuja frequência é decenal. A nível metodológico, calcularam-se indicadores demográficos e do comportamento do mercado de trabalho; recorreu-se a medidas de estatística descritiva para avaliar e identificar as associações de variáveis pertinentes, e distinguir os factores determinantes da evolução das desigualdades registadas no mercado de trabalho brasileiro, agravadas pelo envelhecimento.

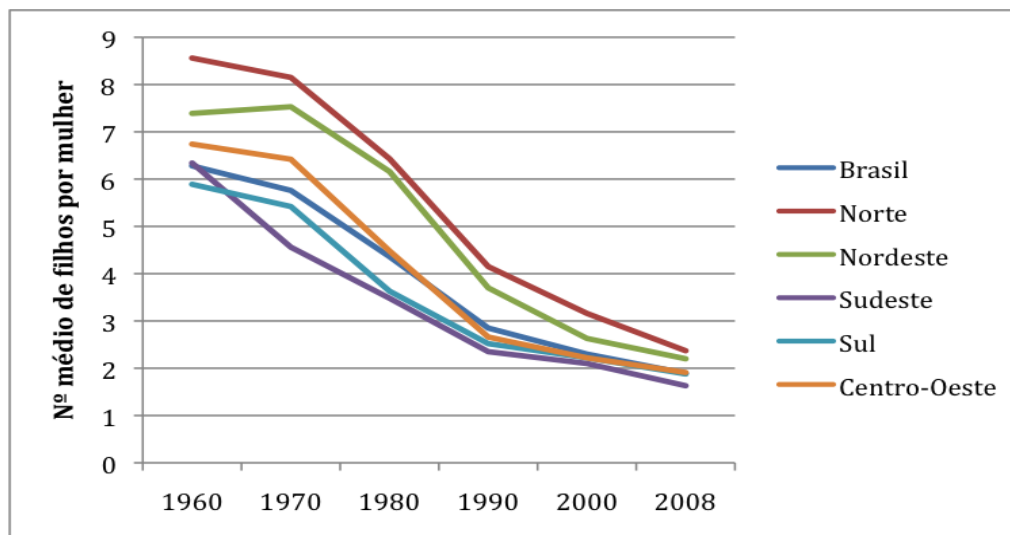
O Declínio da Fecundidade

A teoria da transição demográfica tenta explicar as transformações demográficas implicadas na redução das taxas de mortalidade e natalidade. Inicialmente descrita por Thompson em, 1929, com Notestein (1945) adquiriu uma ideia evolucionista, com a enumeração de três estádios de desenvolvimento correspondentes a padrões de crescimento populacional baseados no

comportamento da fecundidade e da mortalidade. Este processo caracteriza-se por um estágio potencial de alto crescimento com elevadas taxas de natalidade e mortalidade, onde o crescimento populacional tende a ser nulo; um estágio de crescimento transicional em que o decréscimo da mortalidade se adianta ao da fecundidade, gerando um rápido e elevado crescimento populacional; e, um estágio de declínio incipiente com reduzidas taxas de fecundidade e de mortalidade implicando crescimento populacional próximo de zero.

A transição demográfica vem-se disseminando pelo mundo, e o Brasil que em meados do século XX, apresentava uma fecundidade superior a 6 filhos, em média, por mulher, finda o primeiro decénio do século XXI com um ISF inferior a dois filhos por mulher. Esta diminuição tem ocorrido de forma diferenciada entre as várias regiões e raças, bem como entre áreas rurais e urbanas e estratos sociais menos e mais favorecidos da sociedade brasileira. As Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentam uma fecundidade inferior ao limiar de reposição - e por congregarem mais de 60% da população brasileira, fizeram declinar o ISF nacional para um patamar abaixo do mínimo necessário para garantir a substituição das gerações (ver Figura1).

Figura 1 – Índice Sintético de Fecundidade no Brasil e Grandes Regiões, de 1940 a 2008



Fonte: Elaboração própria de dados disponíveis em “Tendências demográficas: uma análise dos resultados do Censo demográfico 2000” e dos dados do IBGE, PNAD 2008.

O percurso declinante da fecundidade e da mortalidade vem impondo ao País completas transformações no seu padrão demográfico, acenando inclusive para taxas de crescimento populacional negativas num futuro próximo, o que fará com que durante as próximas décadas, o Brasil seja, em grande parte, um país com uma elevada proporção de jovens e ‘jovens velhos’

(Veras, 1991). Devido à magnitude desta redução, pode-se dizer que o Brasil está concluindo o seu processo de transição demográfica (Berquó e Cavenaghi, 2004).

Tabela 1 – Índice Sintético de Fecundidade por grupos de anos de estudo das mulheres, segundo a renda familiar total, em salários mínimos (SM), no Brasil em 1991 e 2004

Ano	Renda familiar total (SM) (1)	Total (2)	Até 3 anos (3)	4 a 7 anos	8 anos ou mais
1991	Total (2)	2,9	4,6	3,0	1,8
	Até 1 (4)	4,0	5,1	3,4	2,6
	Mais de 1 a 3	2,5	3,8	2,9	1,9
	Mais de 3 a 5	1,8	1,7	1,6	1,9
	Mais de 5	2,5	3,7	2,9	1,6
	Total (2)	2,1	3,9	3,1	1,5
2004	Até 1 (4)	4,1	4,1	4,2	3,2
	Mais de 1 a 3	2,7	4,4	3,4	1,9
	Mais de 3 a 5	2,3	4,5	3,7	1,8
	Mais de 5	1,5	4,3	2,7	1,4
	Total (2)	2,1	3,9	3,1	1,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000 e PNAD de 2004. Nota: Estimativas calculadas com os dados primários oriundos das respectivas pesquisas. (1) Exclusive os pensionistas, empregados domésticos e parente do empregado doméstico. (2) Inclusive sem declaração. (3) Inclusive sem instrução e menos de 1 ano de estudo. (4) Inclusive sem rendimento.

De acordo com a Tabela 1, o ISF é mais elevado entre as mulheres com menores rendimentos, mesmo sendo mais escolarizadas. O único grupo de mulheres com 8 anos ou mais de estudo que apresentou uma fecundidade superior ao limiar de substituição das gerações foi aquele cuja renda familiar era de até 1 SM. Os dados sugerem que a combinação entre menor escolaridade e rendimento produz taxas de fecundidade mais elevadas, e que o aumento da instrução embora funcione como um “travão” para conter as taxas de fecundidade, tem a sua eficácia mais limitada que o aumento do rendimento, já que o número médio de pessoas na família é superior entre os grupos com rendimento *per capita* inferior. Assim, embora se venha reduzindo o tamanho das famílias, o número de pessoas nos domicílios com renda *per capita* inferior a 1/2 SM mantém-se mais elevado que naqueles com rendimento *per capita* superior a 2 SM.

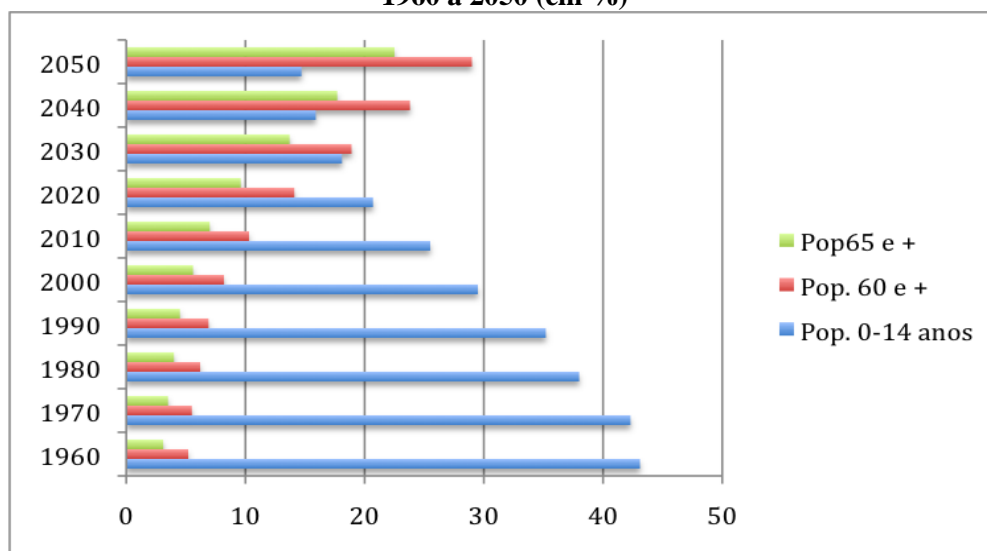
O Envelhecimento e a Velhice

“Hagestad e Neugarten (1985: 35) e Settersten e Mayer (1997) sugerem que cada sociedade é caracterizada por um sistema etário que divide o ciclo de vida em etapas socialmente reconhecidas e institucionalizadas em estruturas normativas” (Lapa, 2008:3). Na modernidade, as fronteiras dos estágios da vida segundo a lógica fordista foram claramente demarcadas em três fases: a infância e a vida escolar, o mundo adulto e o trabalho, e a velhice e aposentadoria (Debert, 1997). No Brasil, a velhice emerge como tema privilegiado a partir dos anos de 1980 - quando o declínio da fecundidade se torna mais acentuado - com a associação do idoso à

vulnerabilidade. Este estereótipo negativo foi contudo “um elemento fundamental para a legitimação de um conjunto de direitos sociais que levaram, por exemplo, à universalização da aposentadoria” (Debert, 1999:126), além da criação da Política Nacional do Idoso (PNI), criada pela Lei nº 8.842/1994, no contexto daquilo que foi proposto em 2002 pelo Plano de Madrid.

Se inicialmente a velhice e a aposentadoria pareciam ser processos simultâneos, com o aumento da longevidade tem-se operado uma dissociação entre ambas, onde esta última em muitos casos tem sido anterior à primeira na medida em que “deixa de ser um marco a indicar a passagem para a velhice ou uma forma de garantir a subsistência daqueles que, por causa da idade, não estão mais em condições de realizar um trabalho produtivo” (Debert, 1997:121). Para Salgado (1997, cit. por Siqueira et al, 2002:902), a reforma “cria um princípio de identidade para a velhice, definindo esse tempo da vida pela inatividade [...] decreta funcionalmente a velhice, ainda que o indivíduo não seja velho sob o ponto de vista biológico [...] é uma forma de produzir a rotatividade de mão-de-obra no trabalho, pela troca de gerações”.

Figura 2 - Projeção da população nas faixas etárias entre 0-14 anos e 60 anos ou mais, no Brasil, de 1960 a 2050 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da revisão 2010 do World Population Prospects

A manutenção declinante da mortalidade infantil e da fecundidade e a maior esperança de vida, vêm alterando a estrutura etária e constringendo o país ao gradual envelhecimento populacional (ver Figura 2). Como ocorre na maioria dos países, há uma prevalência de indivíduos idosos do sexo feminino. Parafraseando Turra e Queiroz (2005a:191) “ o ciclo de vida econômico é caracterizado por três fases distintas: duas fases de dependência econômica intercaladas por uma

fase produtiva, geradora de excedentes” formada pela população em idade activa. Bónus demográfico refere-se ao período em que a estrutura etária populacional actua no sentido de facilitar o crescimento económico, com um grande contingente da população em idade produtiva e um menor percentual de crianças e idosos no total da população. Este primeiro bónus é favorecido pelo facto do rácio de dependência dos jovens (RDJ) cair a uma velocidade bastante superior ao aumento do rácio de dependência dos idosos (RDI)², resultando num decrescente rácio de dependência total (RDT), de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2 – RDT, RDJ e RDI no Brasil, de 1950 a 2050 (em%)

Ano	1950	1980	2000	2020	2025	2030	2050
RDT	80	73	54	42	42	44	59
RDJ	75	66	46	29	26	25	23
RDI (1)	5	7	8	14	16	20	36

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision | United Nations Population Division. Acedido em 01/03/2010. Nota: (1) indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos.

Segundo Queiroz et al (2006), enquanto o primeiro bónus tem carácter temporário, o segundo bónus pode ter efeitos permanentes, pois uma população mais madura (ver Tabela 3) possui maior quantidade de capital cultural que uma população jovem. Para Alves e Bruno (2006: 13), este “é um outro dado positivo embutido no fenómeno do bónus demográfico, uma vez que toda a literatura económica mostra que existe um ganho de produtividade com o aumento da idade das pessoas. Uma idade mediana da população em torno de 40 anos significa uma população com maiores níveis educacionais e com maiores experiências acumuladas que, regra geral, se traduz em melhores índices de produtividade”.

Tabela 3 - Idade mediana da população brasileira de 1950 a 2050 (em anos)

Ano	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Idade mediana	19,2	18,6	18,6	20,3	22,5	25,3	29,0	33,6	37,9	41,9	45,6

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Visitado em 01/03/2010.

A Educação

Até à década de 1930, a educação no Brasil caracterizou-se por um baixo grau de investimento educacional, com pouca atenção ao ensino formal para homens e nenhuma atenção para

² O RDJ- rácio de dependência dos jovens - mede a relação entre o número de jovens (0-14 anos) e o número de indivíduos potencialmente activos. O RDI – rácio de dependência dos idosos - mede a relação ente o número de idosos e o número de indivíduos potencialmente activos. O RDT – rácio de dependência total - é igual à soma dos dois rácios anteriores (RDJ e RDI) e indica o número de sobrecarga em termos do total de inactivos que os indivíduos potencialmente activos terão de suportar.

mulheres. Vivia-se ainda numa sociedade predominantemente rural, com elevadas taxas de mortalidade infantil e de fecundidade, que circunscrevia as mulheres aos cuidados com o lar.

Tabela 4 - Média de anos de estudo da população ocupada de 10 anos ou mais, segundo o sexo e a raça, no Brasil, em 1991 e 2000

Faixa Etária	Homens Brancos		Mulheres Brancas		Homens Negros		Mulheres Negras	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
10 – 15 anos	3,9	4,8	4,4	5,4	2,2	3,3	3,0	4,1
16 -17 anos	5,2	6,8	6,8	7,8	3,4	5,1	4,5	6,2
18 -24 anos	6,6	8,0	8,2	9,5	4,6	6,0	6,4	7,7
25 anos ou mais	6,4	7,4	8,0	8,6	3,8	5,0	5,3	6,2

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero, Brasil. Nota: negros refere-se aos indivíduos pretos e pardos.

Beltrão e Alves (2009: 133) apontam que o hiato de género e o défice educacional feminino verificou-se no Brasil até meados do século XX, tendo a partir de então revertido a favor das mulheres, mormente a partir dos avanços contraceptivos em que puderam planear “o tamanho da família, assim como a permanência na escola e a entrada no mercado de trabalho” (Tabela 4).

Tabela 5 - Pessoas de 15 anos ou mais por raça (em %), sexo e anos de estudo no Brasil em 2000

Sexo	Anos de estudo	Total	Branca	Preta ou parda
Homens	8 a 10 anos	8,40	4,97	3,31
	11 a 14 anos	7,78	5,26	2,39
	15 anos ou mais	2,34	1,94	0,33
Mulheres	8 a 10 anos	8,99	5,42	3,45
	11 a 14 anos	9,75	6,59	3,00
	15 anos ou mais	2,61	2,15	0,39

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE: Censo Demográfico 2000 - Características gerais da população – dados da amostra. Visitado em 19/07/2010.

Presentemente, os jovens prolongam o seu percurso escolar, sobretudo no caso feminino, o que indicia um adiamento da entrada da população jovem no mercado de trabalho. O aumento educacional revela contudo importantes diferenciais quando a análise é feita em função do estrato social ou raça. Os negros abandonam os estudos mais cedo e por isso têm um menor nível de instrução e menos hipóteses de mobilidade social. A Tabela 5 mostra que as mulheres brancas são as mais escolarizadas, seguidas pelos homens brancos, mulheres negras e, por último, homens negros. Quanto maior o nível de escolaridade, maior é a diferença entre raças. Quanto maior o quinto de rendimento *per capita*, maior é o acesso à escola. Nos grupos etários mais elevados o rendimento assume importância fulcral: entre os 18 e os 24 anos, a proporção dos mais ricos (49,4%) é quase o dobro da cotejada entre os mais pobres (25,4%), de acordo com a Tabela 6.

Tabela 6 - Taxa de frequência escolar segundo grupos etários seleccionados, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* (em%), no Brasil, em 2004

Idade	Taxa de frequência escolar por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º Quinto	2º Quinto	3º Quinto	4º Quinto	5º Quinto
7-14 anos	95,0	96,4	96,8	97,9	99,3
15-17 anos	72,1	77,2	81,0	85,6	93,1
18-24 anos	25,4	28,3	26,9	29,6	49,4

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004

Assim, o “rendimento familiar *per capita* é um divisor explícito” neste nível de ensino onde “o acesso dos 70% mais pobres a esse serviço é praticamente inexistente” (Barros e Foguel, 2000:735), sendo um dos exemplos contundentes da perpetuação da desigualdade social brasileira (IETS, 2001:18), pois só ingressam nas universidades gratuitas jovens que tiveram acesso ao ensino privado, pago e de melhor qualidade (IBGE - Síntese de Indicadores Sociais, 2006:188). Mais de 80% das vagas no ensino superior são preenchidas pelos mais ricos, ou seja, pelos pertencentes ao 4º quinto (29,7%) e ao 5º quinto (52,2%) de rendimentos. O ingresso neste grau de ensino parece ser regalia dos estratos sociais mais endinheirados (ver Tabela 7).

Tabela 7 - Distribuição dos estudantes do ensino médio (secundário) e superior, na rede pública, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* (em%), no Brasil em 2004

Nível de ensino	Taxa de frequência escolar por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º Quinto	2º Quinto	3º Quinto	4º Quinto	5º Quinto
Médio	14,9	22,2	25,4	25,2	12,3
Superior	2,3	4,8	10,3	24,9	57,7

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004

O Mercado de Trabalho

Diversos estudos têm descrito o mercado de trabalho brasileiro como “mercado por significativas e persistentes desigualdades de gênero e de raça” que penalizam a grande maioria da população (Abramo, 2006:40), apesar da Lei 9.029 de 13 de Abril de 1995, no seu artigo primeiro proibir a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeitos de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade³. “A caracterização da discriminação se dá quando não é possível justificar, a partir de medidas de produtividade pessoais, os diferentes rendimentos” (Santos e Ribeiro, 2006:6), havendo ainda a discriminação ocupacional que, conforme apontam Cambota e Pontes (2007:332), ocorre quando trabalhadores igualmente produtivos têm possibilidades diferenciadas de ocupar empregos de maiores rendimentos. Com efeito, os salários das mulheres e dos negros

³ Disponível em <http://www.planalto.gov.br>

são inferiores aos dos homens brancos, mesmo com níveis similares de escolaridade. Para Soares (2000), os homens brancos formam o grupo padrão que estabelece a norma no mercado de trabalho auferindo os melhores salários em detrimento dos demais grupos, o que faz com que a desigualdade salarial seja uma questão de sexo e, sobretudo, de cor (Matos e Machado, 2006:23).

Tabela 10 - Taxa de desocupação (desemprego)⁴ segundo o sexo (em %) *

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Homens	10,1	9,1	7,8	8,2	7,4	6,1	6,5
Mulheres	15,2	14,4	12,4	12,2	11,6	10,0	9,9

Fonte: Adaptada a partir dos dados apresentados na tabela 84 do IBGE - Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa 2003-2009

A taxa de desemprego feminino é sistematicamente superior à dos homens (ver Tabela10). Ao procurar o mercado de trabalho as mulheres [assim como os negros] enfrentam inúmeros mecanismos discriminadores, que se expressam num leque mais estreito de oportunidades, desigualdades salariais e barreiras no acesso a cargos de comando (Bruschini e Lombardi, 1996:485). Estas barreiras são tanto salariais quanto ocupacionais, pois inserem-se em actividades situadas na base da pirâmide salarial (Matos e Machado, 2006), concentrando-se principalmente em ocupações de pior remuneração e menor nível de responsabilidade, com restrições aos “postos de trabalho de maior prestígio social” (Leone e Baltar, 2008:236). O diferencial de rendimentos “é apenas um dos aspectos da desigualdade da distribuição de renda” (Leme e Wajman, 2000:251), já que as dissemelhanças médias como idade, experiência, educação e o sector de trabalho só explicam parte da diferença de rendimentos entre sexos, sendo o restante devido a uma componente residual associado à discriminação (Giuberti e Menezes-Filho, 2005:370). A segmentação ocupacional mostra que a proporção de ocupações informais e precárias sobre o emprego feminino é superior à do emprego masculino, sendo ainda mais acentuadas em termos de raça (Abramo, 2006:41), nomeadamente entre as negras – duplamente discriminadas. Apesar da escolaridade ser importante na afectação dos indivíduos no mercado de trabalho e na definição salarial, não explica os diferenciais de rendimentos, pois “se o diferencial de escolaridade da população tornou-se favorável às mulheres a partir das coortes nascidas em meados dos anos 50, entre os indivíduos ocupados, as mulheres sempre tiveram franca superioridade educacional em relação aos homens, desde quando os dados permitem observar” (Leme e Wajman, 2000:266). As diferenças de rendimento entre os sexos, ocorrem em todos os

⁴Regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

níveis de escolaridade, mas são maiores na educação superior (Leone e Baltar, 2006:357). Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (2002), em 2001, 35,4% da população feminina ocupada possuía 11 anos ou mais de estudos e um rendimento mensal médio de R\$ 785,90, enquanto os homens deste mesmo grupo recebiam R\$ 1.376,70, ou seja, quase 43% a mais. Para Abramo (2004) estes diferenciais ligam-se mais com as construções sociais e culturais que atribuem lugares e valores diferenciados e hierarquicamente definidos ao trabalho de homens e mulheres, negros e brancos, do que com atributos técnicos ou o nível de escolaridade dos indivíduos (ver Tabela 11).

Tabela 11 - Rendimento médio habitualmente recebido por hora trabalhada pelas pessoas ocupadas, nas Regiões Metropolitanas, em 2004 (R\$)

Homem segundo a raça			Mulher segundo a raça		
Média	Branco	Preto/ pardo	Média	Branca	Preta/ parda
5,65	7,17	3,45	4,57	5,69	2,78

Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego – Março de 2004. Visitado em 09/07/2010

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) confirma que o rendimento médio comumente recebido pelos negros (pretos e pardos) e pelas mulheres é nitidamente inferior ao dos brancos. A PME apontou que, nas seis regiões metropolitanas investigadas, a população ocupada era composta por 58% de brancos e 40,8% de negros; no caso da população desocupada, 49,2% eram brancos e 50,4%, negros.

Tabela 12 - Razão da média anual do Rendimento Médio Real Habitual do Trabalho Principal, segundo o sexo e a raça (em %)

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sexo	70,8	71,0	71,1	70,6	70,5	71,0	72,3
Raça	48,5	49,0	48,5	50,0	49,6	50,8	51,4

Fonte: Adaptada a partir dos dados apresentados nas tabelas 102 e 107 do IBGE - Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa 2003-2009. *Médias das estimativas mensais.

Se considerarmos a média anual dos rendimentos dos homens brancos como base=100 fica visível o diferencial de rendimentos entre os sexos e a sua persistência, com pequenos avanços e recuos, pois no final do horizonte temporal a aproximação em relação ao início do período foi de apenas 1,5 pontos percentuais, ficando praticamente limitado ao ano de 2009. Relativamente aos trabalhadores negros, verifica-se que permanecem recebendo bem menos que os da raça branca (de acordo com a Tabela 12).

Tabela 13 - Média de anos de estudo da população ocupada de 10 anos ou mais, segundo o sexo e a raça, no Brasil em 2000

Faixa Etária	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Negros	Mulheres Negras
10 – 15 anos	4,8	5,4	3,3	4,1
16 -17 anos	6,8	7,8	5,1	6,2
18 -24 anos	8,0	9,5	6,0	7,7
25 anos ou mais	7,4	8,6	5,0	6,2

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Género, Brasil

Segundo Soares (2000:23) “se dividirmos o processo que leva um indivíduo a ter um salário alto ou baixo em três etapas – formação, inserção e definição salarial –, verificamos que os perfis de discriminação contra homens negros e mulheres brancas são completamente diferentes. Enquanto as mulheres brancas sofrem na última etapa, os homens negros sofrem nas duas primeiras”. De facto, a etapa da formação (nível de instrução) da população negra é mais reduzida, o que pode contribuir para o aumento da sua probabilidade de inserção em actividades precárias, mas, relativamente às mulheres, elas são mais instruídas que os homens da sua raça (ver Tabela13).

Tabela 14- Rendimento-hora do trabalho principal em Reais (R\$) das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por raça, no Brasil, em 2008

Brasil	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brancos	8,30	4,40	5,10	6,50	17,30
Pretos e pardos	4,70	3,30	3,70	5,00	11,80

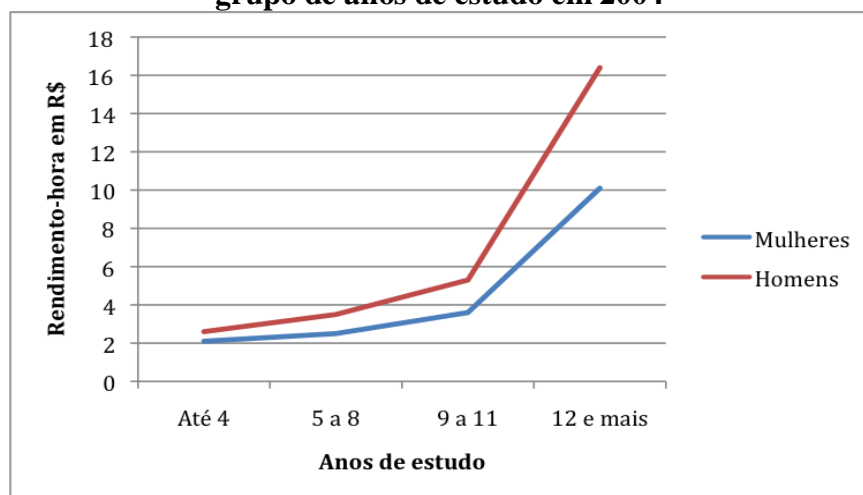
Fonte: IBGE; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2008.

Os salários dos negros permanecem inferiores aos dos brancos, mesmo quando a escolaridade é similar, acentuando-se no grupo de maior escolaridade, onde os negros recebem 68,21% do rendimento do branco contra os 75% verificados no grupo de até 4 anos de estudo (cf.Tabela14). Para Soares (2000:15) “quanto mais bem posicionado está o indivíduo na distribuição de renda dos negros [...] maior o Termo de Discriminação”, o que evidencia que a sociedade brasileira não aceita que os negros ocupem posições favoráveis na estrutura de rendimentos e que quanto mais nela avancem, mais são discriminados.

Conforme se observa na Figura 3, o rendimento médio masculino é superior ao feminino independentemente do grupo de estudos de pertença, acentuando-se também o diferencial consoante o aumento da escolaridade. O grupo de “até 4 anos de estudo” é o que apresenta o menor diferencial. Aí, as mulheres auferem 80,77% dos rendimentos dos homens. À medida que se aumenta o nível de escolaridade intensifica-se o hiato de rendimento e as mulheres passam a

receber cada vez menos em relação aos homens. No grupo de “9 a 11 anos de estudo” esta proporção passa a ser de 67,92% e no grupo de “12 anos de estudo ou mais” apenas 61,59%, ou seja, quase 40% a menos. Assim, apesar da escolaridade aumentar, a ampliação do valor médio dos rendimentos, salienta o hiato salarial entre géneros a favor dos homens, o que novamente sugere que o nível de escolaridade, por si só, não explica o diferencial de rendimentos.

Figura 3 - Rendimento-hora da população ocupada em Reais (R\$), segundo o sexo e o grupo de anos de estudo em 2004



Fonte: Elaborada a partir dos dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios 2004

Segundo Giuberti e Menezes-Filho (2005: 383), as características das mulheres por si só determinariam um diferencial de rendimentos a seu favor. O facto de as mulheres possuírem uma maior idade média - fazendo com que sua experiência seja um pouco maior que a dos homens - e de existir um diferencial de produtividade pesando em seu favor (Cambota e Pontes, 2007:335), associado ao seu maior nível de escolaridade, deveriam caracterizar-se como uma mais-valia a ser contabilizada no cálculo dos seus vencimentos. Assim, o diferencial de rendimentos “que ainda se mantém a favor dos homens se deve somente a factores associados à discriminação por sexo”, já que não pode ser explicado pelos atributos dos indivíduos (Matos e Machado, 2006:22). Os dados confirmam que há uma queda abrupta da concentração de mulheres na parte final da distribuição de rendimentos. Conforme declarou Santos e Ribeiro (2006), parece haver indícios suficientes de que no Brasil ocorra o chamado *glass ceiling* - espécie de barreira invisível que impede o acesso a postos e ocupações de melhores rendimentos. Nas classes de rendimentos mais elevados há uma menor proporção de mulheres, e quanto mais se avança na classe de rendimento menor é a proporção destas (ver Tabela 15). Apesar do aumento da participação

feminina nas actividades económicas, do aumento da sua escolaridade e da sua maior experiência e produtividade, as mulheres continuam a receber menos que os homens, ao mesmo tempo em que tem cada vez mais se tornado responsável pelos domicílios.

Tabela 15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de ano de estudo, segundo o sexo e a classe de rendimento mensal em salários mínimos (SM) em 2000 (em%)

Grupos de anos de estudo	Sexo	Classe de rendimento Mensal em salário mínimo (SM)				
		Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 15	Mais de 15 a 20	Mais de 20 a 30	Mais de 30
11 - 14 anos	Total	2,49	0,66	0,37	0,21	0,21
	Homens	1,55	0,45	0,27	0,15	0,16
	Mulheres	0,95	0,21	0,10	0,05	0,05
15 anos ou mais	Total	1,16	0,57	0,46	0,39	0,54
	Homens	0,46	0,28	0,28	0,26	0,42
	Mulheres	0,70	0,29	0,19	0,13	0,12

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Acesso em 30/07/2010. Nota: Dados da Amostra.

“A continuidade das obrigações e responsabilidades das mulheres na família, não se alterando substancialmente a repartição entre sexos dos afazeres domésticos e sem o apoio necessário de serviços públicos especializados, não impediu a consolidação da participação das mulheres na atividade econômica, mas levou a estratégias individuais de adaptação que não evitaram as repercussões negativas sobre a família” (Leone Baltar, 2006:355). A crescente participação no mercado de trabalho, o desejo de melhores salários e o aumento do seu nível de escolaridade contribuíram para maior autonomia, elevando o custo de se ter filhos, transformando-as em “recursos escassos para as tarefas domésticas de cuidado” (Goldani, 2004:239). Partindo da consideração de Goldani (2004) de que dificilmente as mulheres estariam dispostas a abdicar dos direitos que conquistaram, podemos considerar que esse “recurso invisível” será também cada vez mais escasso no cuidado com os idosos, colocando mais um desafio ao processo de envelhecimento pois têm sido elas, “no âmbito privado e familiar, que garantem, na medida das suas possibilidades, e com custo próximo de zero para o Estado, cuidados e atenção, onde amor e afeto substituem serviços e atendimento para-médico profissionalizado” no cuidado com os idosos (Lavinias e Garson, 2003:150).

Considerações finais

Embora a diminuição da fecundidade seja generalizada em todo o Brasil, vem decorrendo de maneira diferenciada, com as regiões mais desenvolvidas e os estratos sociais mais abastados e escolarizados apresentando um ISF inferior ao limiar de renovação das gerações, o que sugere

que a principal variável geradora destes diferenciais seja o rendimento. O facto de os negros (pretos e pardos) possuírem maior fecundidade sugere a existência de uma relação directa com a sua maior vulnerabilidade económica, pois representavam, em 2000, quase 70% da população pobre e indigente no Brasil.

A sustentada redução do ISF vem impondo extremas transformações demográficas ao Brasil que caminha a passos largos rumo ao envelhecimento. O país já usufrui de um primeiro bónus demográfico e deve gozar de um segundo bónus propiciado pelo aumento da idade mediana da população. Se por um lado, o país vem demonstrando aumento do nível de instrução – condição necessária para o usufruto do segundo bónus – por outro lado, é urgente corrigir as profundas desigualdades em termos de acesso aos níveis mais elevados de ensino, extremamente condicionado aos estratos de maior rendimento. Ressalte-se ainda que, para potencializar o crescimento económico através da gigantesca população em idade activa, é preciso remover a intensa discriminação no mercado de trabalho, tanto em termos salariais quanto em termos de acesso a ocupações de melhores rendimentos, que têm sido desfavoráveis a mulheres e a negros.

Bibliografia

ABRAMO, Laís (2006). **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. *Ciência e Cultura*, vol. 58, nº4, p.40-41. Acedido em 29/04/2010. <http://cienciaecultura.bvs.br>

ABRAMO, Laís (2004). **Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de uma política de emprego**. In: Seminário Nacional: Política Geral de Emprego. Necessidades, Opções, Prioridades. Brasília, OIT, 9 e 10/12 de 2004. Acedido em 29/04/2010 <http://www.oitbrasil.org.br>

ALVES, José E. Diniz (2004). **Questões Demográficas: Fecundidade e Gênero**. R. Janeiro, Esc. Nac. de C. Estat., nº9. Acedido em 19/02/2010. <http://www.ence.edu.br>

ALVES, José Eustáquio Diniz e BRUNO, Miguel (2006). **População e Crescimento Econômico de Longo Prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica?** Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu- MG, Brasil: ABEP. Acedido em 26/01/2010 <http://www.emanuelfernandes.com.br>

BARROS, Ricardo Paes de, FOGUEL, Miguel Nathan (2000). **Focalização dos gastos públicos sociais e erradicação da pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, p.719-739.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami e ALVES, José Eustáquio Diniz (2009). **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 39, n. 136, p.125-156. Acedido em 31/03/2010. <http://www.scielo.br>

BERQUÓ, Elza e CAVENAGHI, Suzana (2004). **Mapeamento socio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambu, MG. Anais. ABEP, 2004. Acedido em 18/03/2010. <http://www.abep.nepo.unicamp.br>

BLOOM, David E, CANNING, David e GRAHAM, Bryan (2003). **Longevity and Life-cycle Savings**. Scandinavian Journal of Economics, vol. 105, nº 3, p.319-338. Acedido em 02/03/2010 <http://www.econ.berkeley.edu>

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa (1996). **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa**. Encontro Nac. de Est. Populacionais, Anais. Vol 1, n. 10, p. 483-516, Belo Horizonte, ABEP. Acedido em 31/03/2010. <http://www.abep.nepo.unicamp.br>

CAMBOTA, Jacqueline Nogueira e PONTES, Paulo Araújo (2007). **Desigualdade de rendimentos por Gênero Intra-ocupações no Brasil, em 2004**. *Revista de economia contemporânea* [online], vol.11, nº2, p. 331-350. Acedido em 22/04/2010. <http://www.scielo.br>

DEBERT, Guita Grin (1999). **A reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp

DEBERT, Guita Grin (1997). **Envelhecimento e curso da vida**. *Rev.Est. Feministas*, vol. 5, nº1 p.120-128. Acedido 04/03/2010. <http://www.ieg.ufsc.br>

GIUBERTI, Ana Carolina e MENEZES-FILHO, Naércio (2005). **Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos**. *Economia Aplicada*, vol. 9, nº 3, p. 369-383. Acedido em 14/04/2010. <http://www.scielo.br>

GOLDANI, Ana Maria (2004). **Relações Intergeracionais e Reconstrução do Estado de Bem-estar. Por Que se Deve Repensar Essa Relação Para o Brasil?** In: CAMARANO, Ana Amélia. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro, IPEA/IBGE. Acedido em 07/03/2010. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>

HAKKERT, Ralph (2007). In ALVES, José Eustáquio Diniz. **The demographic bonus and population in active ages**. Research paper 7 in Project RLA5P201. Brasília: IPEA/UNFPA. Acedido em 26/01/2010. <http://www.unfpa.org.br>

IBGE (2009). **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa 2003-2009**. Acedido em 01/04/2011. <http://www.ibge.gov.br>

IBGE (2008). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Vol.29. Acedido em 18/09/2010. <http://www.ibge.gov.br>

IBGE (2008). **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade – 1980-2050 – Revisão 2008**. Diretoria de Pesquisas/Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica número 24, Rio de Janeiro. Acedido em 09/08/2010. <http://www.ibge.gov.br>

IBGE (2006). **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Diretoria de pesquisas/ Coordenação de População e Indicadores sociais. Estudos & Pesquisas/Informação Demográfica e socioeconômica número 19. Rio de Janeiro, 317p. Acesso em 05/01/2010. <http://www.ibge.gov.br>

IBGE (2006). **Síntese de Indicadores Sociais 2005**. Diretoria de pesquisas/ Coordenação de População e Indicadores sociais. Estudos & Pesquisas/Informação Demográfica e socioeconômica número 17. Rio de Janeiro, 330p. Acedido em 05/01/2010. <http://www.ibge.gov.br>

IBGE (2004). **Características da População em Idade Ativa segundo a cor ou raça nas Seis Regiões Metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego – Março de 2004**. Acedido em 14/04/2010. <http://www.ibge.gov.br>

IBGE (2003). **Síntese de Indicadores Sociais 2002**. Diretoria de pesquisas/ Coordenação de População e Indicadores sociais. Estudos & Pesquisas/Informação Demográfica e socioeconômica número 11. Rio de Janeiro, Brasil, 383 p. Acedido em 05/01/2010. <http://www.ibge.gov.br>

IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (2001). **Desenvolvimento com justiça social: esboço de uma agenda integrada para o Brasil**. Rio de Janeiro, 58p. Acedido em 23/04/2010. <http://www.iets.org.br>

LAPA, Tiago (2008). **Atitudes e normas sociais dos Europeus sobre a transição para a vida adulta**. VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Acedido em 05/05/2010. <http://www.aps.pt>

LAVINAS, Lena e GARSON, Sol (2003). **Gasto social no Brasil: transparência, sim, parti-pris, não!** *Econômica*, vol. 5, nº 1, p. 145-162. Acesso 12/03/2010. <http://www.abep.nepo.unicamp.br>

LEME, Maria Carolina da Silva e WAJNMAN, Simone (2000). “Tendências de coorte nos diferenciais de rendimentos por sexo”. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. R. Janeiro: IPEA, p.251-270.

LEONE, Eugenia Troncoso e BALTAR, Paulo (2008). **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro**. *Revista Brasileira de Estudos de População* [online]. Vol.25, nº2, p. 233-249. Acedido em 28/04/2010. Disponível em <http://www.scielo.br>

LEONE, Eugenia Troncoso e BALTAR, Paulo (2006). **Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles**. *Rev. Brasileira de Estudos de População*, Abep, vol.23, nº 2, p. 355-367. Acedido em 13/04/2010. <http://www.abep.nepo.unicamp.br>

FIGUEIREDO, Andréia (2010). **Envelhecer numa sociedade em vias de desenvolvimento e marcada pela desigualdade social**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Évora: Universidade de Évora.

MATOS, Raquel Silvério e MACHADO, Ana Flávia (2006). **Diferencial de rendimentos por cor e sexo no Brasil (1987-2001)** *Econômica*, Rio de Janeiro, Vol. 8, nº1, p.5-27. Acedido em 22/04/2010. <http://www.uff.br>

MENDES, Maria Filomena e REGO, Conceição (2006). **Baixa fecundidade nos países do Sul da Europa: a importância das desigualdades na educação e na participação no mercado de trabalho, ao nível regional**. Estudo em elaboração no âmbito do projecto POCTI/DEM/59445/ 2004. Acedido em 19/05/2010.<http://www.cidehus.uevora.pt>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento, 2002**/Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. (Série Institucional em direitos humanos; v. 1). Acedido em 27/09/2009. <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br>

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida e WAJNMAN, Simone (2005). **Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* [online], v. 22, nº 2, p. 303-322. Acedido em 05/05/2010. <http://www.scielo.br>

QUEIROZ, Bernardo Lanza; TURRA, Cássio Maldonado e PEREZ, Elisenda Rentería (2006). **The opportunities we cannot forget: economic consequences of population changes in Brazil**. In: Anais, Caxambú: Abep. Acedido em 25/01/2010. <http://www.abep.nepo.unicamp.br>

RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato Peixoto e KALCHE, Alexandre (1987). **Envelhecimento Populacional: uma realidade brasileira**. *Revista de Saúde Pública* [online] São Paulo, vol.21, nº 3, p.211-24. Acedido em 16/04/2010 <http://www.scielosp.org>

RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves (1996). **O impacto das crianças sobre a participação feminina na PEA: o caso das mulheres casadas urbanas**. X Encontro Nac. de Est. Populacionais, Anais... Belo Horizonte, ABEP, vol.1, p. 517-534. Acedido em 13/04/2010. <http://www.abep.nepo.unicamp.br>

SANTOS, Renato Vale e RIBEIRO, Eduardo Pontual (2006). **Diferenciais de rendimento entre homens e mulheres no Brasil revisitado: explorando o "Teto de Vidro"**. Rio de Janeiro, UFRJ. (*Texto para Discussão*). Acedido em 13/04/2010. <http://www.ie.ufrj.br>

SIQUEIRA, Renata Lopes; BOTELHO Maria Izabel Vieira e COELHO France Maria Gontijo (2002). **A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais**. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.7, nº4, p. 899-906. Acedido em 02/02/2010 em <http://www.scielo.br>

SOARES, Sergei Suarez Dillon (2000). **O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. IPEA: Brasília. *Texto para Discussão* nº 769. Acedido em 15/04/2010. <http://desafios.ipea.gov.br>

TURRA, Cássio Maldonado e QUEIROZ, Bernardo Lanza (2005^a). **Transferências internacionais: uma análise internacional**. *Rev. Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, vol.22, nº1, p.191-194. Acedido em 19/03/2010 <http://www.abep.nepo.unicamp.br>

TURRA, Cássio Maldonado e QUEIROZ, Bernardo Lanza (2005b). **Before it's too late: Demographic Transition, Labor Supply, and Social Security problems in Brazil.** United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structures. Population Division Department of Economic and Social Affairs. Mexico City, Mexico, 2005. Acedido em 19/03/2010. <http://www.abep.nepo.unicamp.br>

VERAS, Renato Peixoto (2009). **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações.** *Rev. Saúde Pública* [online]. Vol.43, n.3, pp. 548-554. Epub 17-Abr-2009. Acedido em 19/12/2009. <http://www.scielo.br/pdf>

VERAS, Renato Peixoto (1991). **Brazil is getting older: demographic changes and epidemiological challenges.** *Rev. Saúde Públ.* [online] São Paulo, vol.25, nº6, p. 476-488. Acedido em 05/01/2010. <http://www.scielo.br>

VERAS, Renato Peixoto e PARAHYBA Maria Isabel (2007). **O anacronismo dos modelos assistenciais para os idosos na área da saúde: desafios para o setor privado.** *Cad. Saude Pub.* [online]. Vol.23, nº10, p.2479-89. Acedido a 16/04/2010 em <http://www.scielo.br>

VERMELHO, Letícia Legay e MONTEIRO, Mário Francisco Giani (2002). **Transição demográfica e epidemiológica.** In: MEDRONHO, Roberto A (org.). *Epidemiologia*. Rio de Janeiro, vol.1, p.91-103

WONG, Laura L. Rodríguez e CARVALHO, José Alberto Magno (2006). **O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas.** *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* [online], São Paulo, vol.23, n.1, p. 5-26. Acedido em 10/08/2010. <http://www.abep.nepo.unicamp.br>